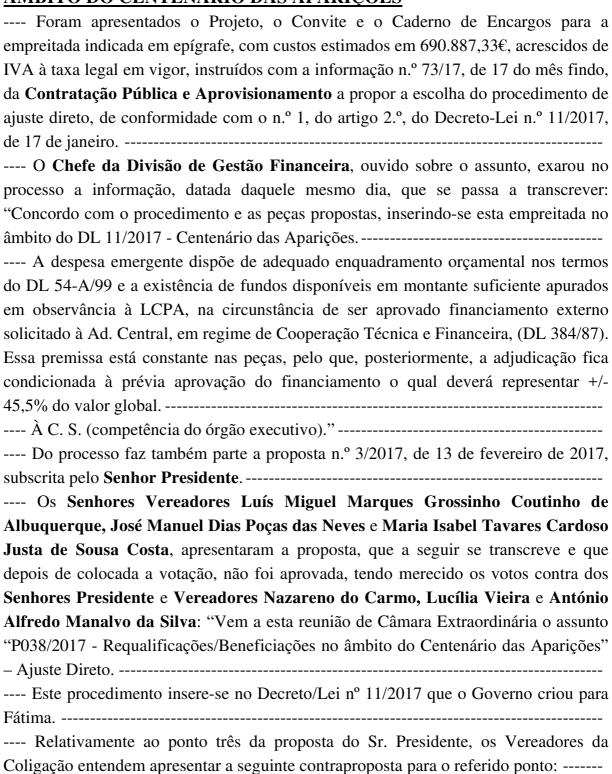


ATA N.º 5 (REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA)

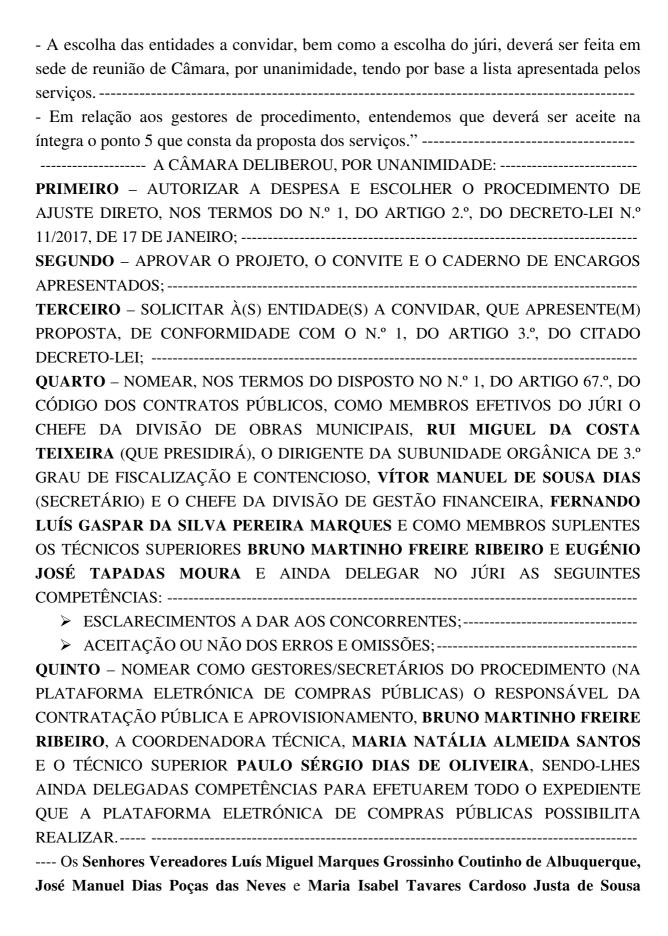
Aos tres dias do mes de março do ano de dois mil e dezassete, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA
FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO,
JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA,
MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e ANTÓNIO
ALFREDO MANALVO DA SILVA, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da
Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos
OOXXXOO
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
OOXXXOO
000
BENEFICIAÇÃO DA IGREJA PAROQUIAL DE FÁTIMA
= PROPOSTA DE PROTOCOLO =
Foi apreciada a informação n.º 13/17, datada de 21 de fevereiro findo, do Chefe da
Divisão de Gestão Financeira, a colocar à consideração superior proposta de texto de
protocolo a celebrar com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima,
com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 70.000,00€, os encargos
decorrentes das obras de beneficiação da Igreja Paroquial de Fátima
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR OS
TERMOS DO PROTOCOLO APRESENTADO, CONFORME ANEXO II DA PRESENTE
ATA
OOXXXOO



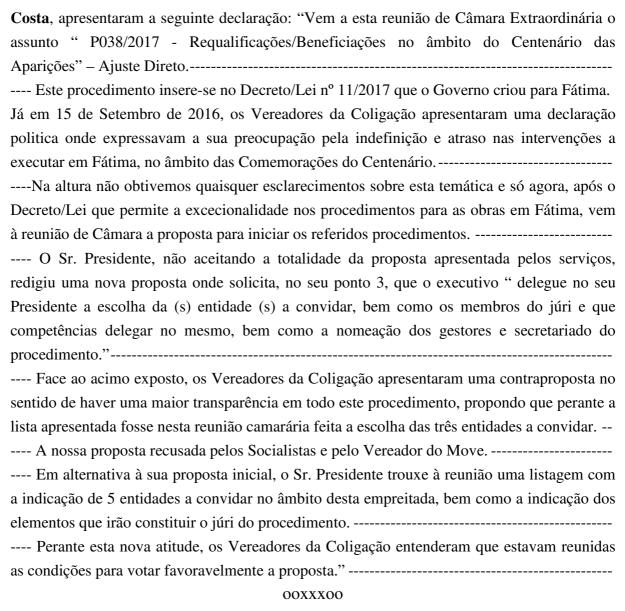
<u>P038/2017 – REQUALIFICAÇÃO URBANA EM COVA DA IRIA, NO</u> ÂMBITO DO CENTENÁRIO DAS APARIÇÕES ------







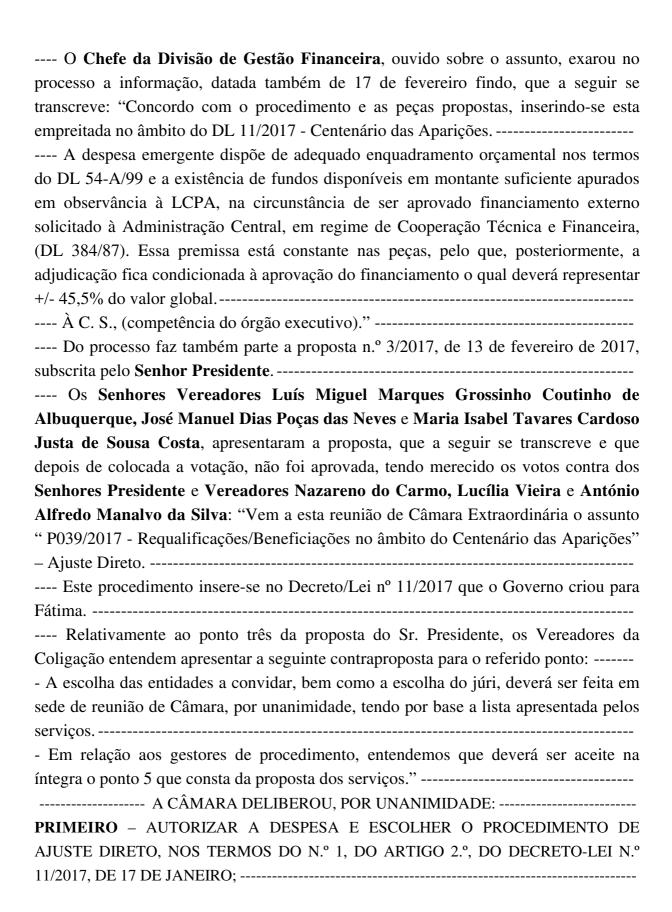




000

P039/2017 – REQUALIFICAÇÃO/BENEFICIAÇÃO DA AVENIDA DOS PASTORINHOS E DE DIVERSOS ARRUAMENTOS EM CASA VELHA E EIRA DA PEDRA, NO ÂMBITO DO CENTENÁRIO DAS APARIÇÕES

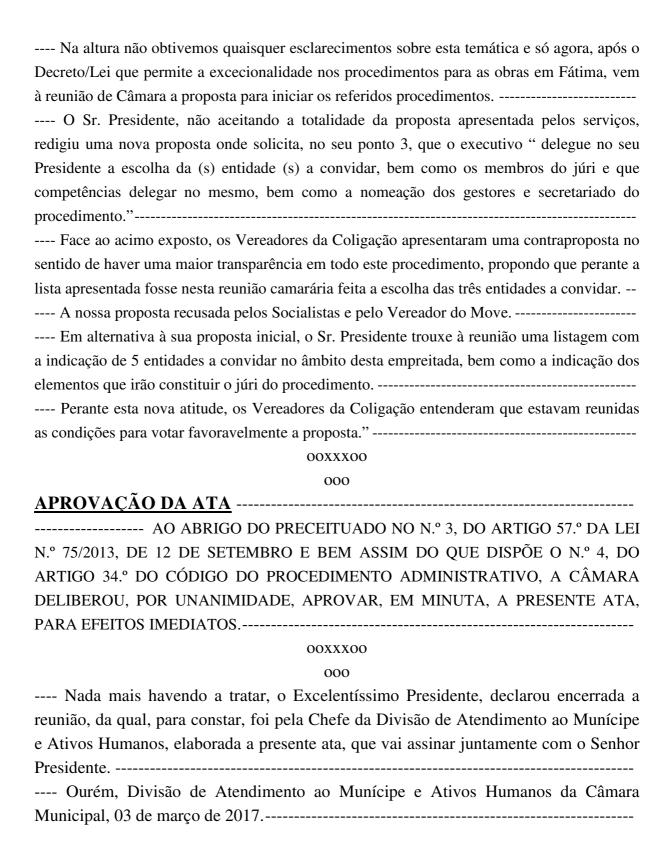






SEGUNDO – APROVAR O PROJETO, O CONVITE E O CADERNO DE ENCARGOS
APRESENTADOS;
$\textbf{TERCEIRO} - \text{SOLICITAR }\grave{A}(S) \text{ ENTIDADE}(S) \text{ A CONVIDAR, QUE APRESENTE}(M)$
PROPOSTA, DE CONFORMIDADE COM O N.º 1, DO ARTIGO 3.º, DO CITADO
DECRETO-LEI;
QUARTO – NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1, DO ARTIGO 67.º, DO
CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI O
CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, RUI MIGUEL DA COSTA
TEIXEIRA (QUE PRESIDIRÁ), O DIRIGENTE DA SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º
GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO, VÍTOR MANUEL DE SOUSA DIAS
(SECRETÁRIO) E O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, FERNANDO
LUÍS GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES E COMO MEMBROS SUPLENTES
OS TÉCNICOS SUPERIORES BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO E EUGÉNIO
JOSÉ TAPADAS MOURA E AINDA DELEGAR NO JÚRI AS SEGUINTES
COMPETÊNCIAS:
➤ ESCLARECIMENTOS A DAR AOS CONCORRENTES;
> ACEITAÇÃO OU NÃO DOS ERROS E OMISSÕES;
QUINTO – NOMEAR COMO GESTORES/SECRETÁRIOS DO PROCEDIMENTO (NA
PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS) O RESPONSÁVEL DA
CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO MARTINHO FREIRE
RIBEIRO, A COORDENADORA TÉCNICA, MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS
E O TÉCNICO SUPERIOR PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA , SENDO-LHES
AINDA DELEGADAS COMPETÊNCIAS PARA EFETUAREM TODO O EXPEDIENTE
QUE A PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS POSSIBILITA
REALIZAR
Os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque,
José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa
Costa, apresentaram a seguinte declaração: "Vem a esta reunião de Câmara Extraordinária o
assunto "P039/2017 - Requalificações/Beneficiações no âmbito do Centenário das
Aparições" – Ajuste Direto
Este procedimento insere-se no Decreto/Lei nº 11/2017 que o Governo criou para Fátima.
Já em 15 de Setembro de 2016, os Vereadores da Coligação apresentaram uma declaração
politica onde expressavam a sua preocupação pela indefinição e atraso nas intervenções a
executar em Fátima, no âmbito das Comemorações do Centenário







O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 03/03/2017

1. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= Beneficiação da Igreja Paroquial de Fátima – Proposta de protocolo – Informação n.º 13/17, de 21 de fevereiro, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

1.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = P038/2017 Requalificação urbana em Cova da Iria, no âmbito do Centenário das Aparições Informação n.º 73/17, de 17 de fevereiro, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);
- = P039/2017 Requalificação/beneficiação da Avenida dos Pastorinhos e de diversos arruamentos em Casa Velha e Eira da Pedra, no âmbito do Centenário das Aparições Informação n.º 76/17, de 17 de fevereiro, da CPA.

Câmara Municipal de Ourém, 27 de fevereiro de 2017

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE FÁTIMA — "BENEFICIAÇÃO DA IGREJA PAROQUIAL DE FÁTIMA"

Considerando que:

- A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima, pretende beneficiar a Igreja Paroquial de Fátima, particularmente com a recuperação de revestimentos interiores e exteriores.
- 2. O imóvel mencionado surge referenciado como o berço espiritual das três crianças videntes em 1917, acolhendo uma parte significativa dos peregrinos e turistas que habitualmente se deslocam a Fátima.
- 3. No ano em curso, assinala-se o Centenário das Aparições, tendo o seu expoente máximo no dia 13 de maio com a visita de Sua Santidade o Papa Francisco, sendo expectável que no decorrer deste ano, se desloquem a Fátima milhões de pessoas, constituindo-se este território, numa forte componente económica promocional da região e de Portugal.
- 4. A Igreja a intervir é propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima.
- 5. A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima é uma pessoa coletiva religiosa legalmente estabelecida.
- 6. As receitas próprias da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima são insuficientes para a prossecução do investimento a executar.
- 7. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano e do património e cultura, de acordo com as alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre



PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respectiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca:

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima, pessoa coletiva religiosa com o NIPC 501 128 786, com sede na Rua Padre Manuel António Henriques, 2495-564 Fátima, representada neste ato pelo Presidente da Direção, Rui Manuel dos Reis Marto.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

Constitui objecto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da "Beneficiação da Igreja Paroquial de Fátima", nomeadamente através da recuperação de revestimentos interiores e exteriores, conforme projeto técnico previsto no Anexo – I.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 70.000 euros (Setenta Mil Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.



CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 25.000 euros (Vinte e Cinco Mil Euros), em março de 2017;
 - b. 22.500 euros (Vinte e Dois Mil e Quinhentos Euros), em abril de 2017.
 - c. 22.500, (Vinte e Dois Mil e Quinhentos Euros), em maio de 2017
- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamento	será efectuado po	or transferência	bancária, pa	ara a conta k	oancária da
	Fábrica da Igre	eja Paroquial da F	reguesia de Fá	tima, com o	número de id	dentificação
	bancária _			da	entidade	bancária
	, conforme declaração em Anexo - II, a qual					
	faz parte integr	ante do presente	contrato-prograi	ma.		

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes



legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;

- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.
- g) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, os bens adquiridos no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.
- h) Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante dez anos, contados a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato.
- i) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.



CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.



CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:		
Câmara Municipal:		
Assembleia Municipal:		



O presente Protocolo de Colaboração compi	reende <u>7</u> folhas às quais se juntam						
folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da							
folha 7, em virtude de conter as assinaturas de	os mesmos.						
Calabrada asa () dias da mâs da	do 0017, am dais avamplares de						
Celebrado aos () días do mes de	de 2017, em dois exemplares de						
igual teor e validade, destinando-se cada um o	deles aos seus Outorgantes.						
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,						
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Rui Manuel dos Reis Marto						